



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007350-85.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **LUIS HENRIQUE SOARES SOUSA**
 Requerido: **CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A**

Vistos.

LUIS HENRIQUE SOARES SOUZA pediu a condenação de **CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S. A.** ao pagamento de indenização por danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito sofrido no dia 14 de dezembro de 2013, trafegando pela Rodovia Washington Luiz, sob concessão da ré. Alegou que sinalizou manobra para ultrapassar um caminhão mas retrocedeu, haja vista o surgimento de outro veículo por trás, já em ultrapassagem. No entanto, ao esconder-se novamente atrás do caminhão, colidiu contra uma mureta de concreto, que sustenta a passagem de tubulação para escoamento de água por baixo da rodovia, mureta que se encontra antes da proteção metálica, obstruindo a passagem do veículo e acarretando os danos. Portanto, os danos decorreram de má conservação da rodovia.

A ré contestou o pedido, aduzindo serem boas as condições de tráfego no local e que o acidente decorreu de culpa do próprio autor, inexistindo responsabilidade da ré.

A tentativa de conciliação.

Manifestou-se o autor a respeito da contestação.

Realizou-se a audiência instrutória e colheu-se a manifestação final das partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Observe-se o relato do autor, a respeito do acidente (fls. 230):

"Eu dirigia pela Rodovia Washington Luiz, sentido Capital-Interior, pela faixa da direita, atrás de um caminhão. Minha velocidade era compatível com a regulamentação local, entre 100 e 110 km/h. Em dado momento decidi ultrapassar o caminhão, sinalizei com seta minha intenção, esperei a passagem de dois outros veículos e iniciei a manobra. No entanto, percebi a aproximação muito rápida de outro veículo por trás, também em ultrapassagem, e resolvi interromper minha ultrapassagem. Procurei então retornar para a faixa da direita mas não consegui conter meu automóvel, que desgarrou da pista e atingiu a margem direita. Eu não consegui posicionar meu automóvel novamente atrás do caminhão. O acidente aconteceu no final



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

da tarde, ainda com dia claro. O tempo era bom. Quando meu veículo saiu para a margem da pista, acabou atingindo uma proteção metálica ali existente e junto dela existia uma construção em concreto. O acidente aconteceu pouco antes da alça de acesso para a Rodovia que segue para Descalvado. Identifico na fotografia de fls. 182 a proteção metálica existente na margem da Rodovia e também a mureta em concreto contra a qual meu automóvel se chocou. Após essa colisão meu automóvel continuou se deslocando, já então sem ação de freio, cruzou as duas faixas na pista e se mobilizou no meio delas".

É inevitável cogitar de culpa do próprio autor, não apenas pelo acidente mas também pelas consequências dele.

Não se tem conhecimento de nenhum outro acidente naquele local, nessas circunstâncias, o que já torna a tese do autor inverossímil.

Em princípio, o que se pode e se deve dizer é que, em condições normais, o motorista que iniciou uma manobra de ultrapassagem e precisou interromper, deveria retornar para a posição inicial. No caso do autor, ao interromper a tentativa de ocupação da faixa à esquerda, em ultrapassagem, deveria simplesmente retornar para a faixa da direita, logo atrás do caminhão, e prosseguir em sua marcha. Saiu para a direita, na margem da pista, e, obviamente, se não conseguiu manter o veículo na própria pista, em linha reta, atrás do caminhão, foi ou porque desenvolvia velocidade incompatível, tanto que não conseguiu manter controle sobre o veículo, ou porque foi obrigado a isso pela manobra do outro motorista. Em nenhuma dessas hipóteses se avista contribuição causal das condições de conservação da rodovia.

São impressionantes os danos decorrentes do impacto (v. Fls. 32/35), sintoma da força da colisão.

Em verdade, o autor cogita de responsabilidade da ré não pelo evento em si mas pelas consequências. Aparentemente, o autor acredita que se não existisse a mureta, rente à proteção metálica, os danos não aconteceriam. Na verdade, se não houvesse a mureta não é possível prever a extensão dos danos, pois danos realmente existiriam. Com efeito, se não atingisse a mureta, o automóvel colidiria contra a proteção metálica e, tendo em vista que a colisão não foi em ângulo de 90°, o automóvel colidiria lateralmente e prosseguiria ou para a lateral esquerda, difícil prever sua rota, ou eventualmente quebraria a proteção metálica e se projetaria no plano inferior, nas imediações do leito de escoamento de água, como se pode analisar por intermédio da fotografia juntada a fls. 182.

Note-se, pela mesma fotografia de fls. 182, e também a de fls. 36, que a construção em concreto constitui uma obra específica de engenharia, que está ali para permitir o escoamento de água por baixo da rodovia, conforme o próprio autor reconheceu (fls. 2). Estava na lateral da pista, distante da faixa de circulação e também da área zebreada. De longe qualquer motorista avistaria e avistava aquela proteção e, evidentemente, haveria de conduzir seu veículo em atenção às condições locais da rodovia.

A alegação que sustenta o pedido poderia ser modificada. Se o autor estivesse dirigindo em velocidade mais adequada, vale dizer, mais reduzida, teria contido seu automóvel atrás do caminhão, ao invés de sair da pista, e mesmo colidindo contra aquela mureta, em velocidade mais baixa, não sofreria os danos de tão grande proporção. É um reparo que se faz à tese apresentada a fls. 3. A força do impacto, percebida pelos danos, permite contraria a alegação de que *somente encostaria na proteção metálica (guard rail) e retornaria para o tráfego*. Certamente colidiria contra a proteção metálica e continuaria desgovernado, ou na pista ou fora dela, quicá no plano inferior, como já analisado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Não se tem conhecimento de qualquer outro acidente semelhante naquele trecho, de modo a justificar, por regra de experiência, o raciocínio de que a rodovia é perigosa ou de que a mureta de concreto não deveria existir. Inexiste ampliação de risco ou vedação de tal construção.

Enfim, não se identifica responsabilidade indenizatória da ré pois, nada obstante a responsabilidade objetiva por danos decorrentes de defeito do serviço (artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor), não há relação de causalidade entre o evento e as condições da prestação do serviço, atribuível que é, o evento danoso, à culpa do motorista do automóvel que, em circunstância de seu próprio domínio, perdeu a direção do veículo e atingiu a mureta.

O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais o modo de seu fornecimento, o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam (CDC, artigo 14). Outrossim, a adoção de novas técnicas não induz considerar defeituoso o serviço, de modo que a circunstância de a concessionária adotar novos procedimentos, para melhorar as condições de circulação e de tráfego nas rodovias, não induz responsabilidade por acidente semelhante, atribuível à culpa exclusiva do motorista, a qual é excludente de responsabilidade (§ 3º, inciso II, do artigo 14).

Havia um enorme campo visual para o motorista, avistando com bastante antecedência a mureta à frente e o desenvolvimento da pista, tudo a facilitar a condução do veículo e a recomendar redução de velocidade, sem significar insegurança da rodovia.

Concluo que o motorista foi inábil na condução, perdeu o controle e deu causa ao acidente, sem responsabilidade da concessionária.

Tanto na responsabilidade civil subjetiva como na objetiva, para que nasça a obrigação de indenizar é necessário a prova segura dos seus requisitos, não sendo possível atribuir a responsabilidade civil sob o fundamento de probabilidades. Na hipótese dos autos inexistente prova do nexo de causalidade entre os danos sofridos pelo Autor e a falta de defensas na rodovia sob administração da Ré, assim, era de rigor a improcedência da ação. Assim ponderou a Des. Berenice Marcondes César, no julgamento do Recurso de Apelação TJSP Apelação nº 992.07.019613-2, j. em 09.03.2010, em voto vencido que ensejou embargos infringentes depois acolhidos com a seguinte ementa:

EMBARGOS INFRINGENTES - REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS - ACIDENTE DE TRÂNSITO - Vítima tetraplégica - Ação movida contra a concessionária de serviço público - Nova Dutra - Responsabilidade civil objetiva da concessionária - Omissão da concessionária em não sinalizar as obras no local do acidente, bem como não colocar defensas metálicas para proteção da pista de rolamento - Prova técnica, todavia, que demonstra a desnecessidade de colocação das defensas (guard rails) no local - Ausência, portanto, de nexo de causalidade entre os danos sofridos pelo autor e a falta de defensas na rodovia - Acórdão embargado que entendeu haver culpa concorrente - Sentença de improcedência restabelecida - Embargos Acolhidos (Embargos Infringentes Nº 9092133.64.2007.8.26.0000/50001, Rel. Des. Cláudio Hamilton, j. 02.10.2012).

E guarda semelhança o seguinte julgado:

INDENIZAÇÃO - acidente rodoviário ocorrido debitado à imprudência de motorista - inexistência de nexo de causalidade entre as condições da rodovia e o resultante dano -



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

consequente inexistência de defeito no oferecimento do serviço a cargo de sua operadora - ação julgada improcedente - sentença confirmada. Recurso não provido (TJSP, APELAÇÃO CÍVEL nº 791.674-5/8, Rel. Des. COIMBRA SCHMIDT, j. 18.08.2008).

Diante do exposto, **rejeito os pedidos** indenizatórios deduzidos por **LUIS HENRIQUE SOARES SOUSA** contra **CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S. A.**. Responderá o autor pelas custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que comprovadas nos autos, e pelos honorários advocatícios do patrono da contestante, por equidade fixados em R\$ 10.000,00, com correção monetária a partir desta data. A execução dessas verbas, no entanto, fica suspensa, nos termos do artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.

São Carlos, 21 de novembro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França
 Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**